



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 001/2022

Processo Administrativo n.º 001/2022

Dispensa de Licitação n.º 001/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DA SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO
MUNICIPAL NO SITE DA CÂMARA MUNICIPAL,
QUE FAZEM ENTRE SI, A CÂMARA MUNICIPAL
DE JAGUARI E A EMPRESA CESPRO
PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA-ME.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n.º 89.208.474.0001/37, com sede administrativa na Praça Gilson Carlos Reginato, neste ato representada por seu Presidente, **VEREADOR EZIO JOELITO SILVA**, brasileiro, casado, servidor público municipal aposentado, portador da Cédula de Identidade n.º 4028063933, inscrito no CPF/MF n.º 434.372.730-00, residente e domiciliado na Localidade de Mangueirinha, 4º Distrito, neste município de Jaguari/RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa a empresa **CESPRO PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.875.435/0001-82, com sede administrativa na Rua Lucas de Oliveira, n.º 49, sala 602, Bairro Centro, na Cidade de Novo Hamburgo/RS, representada neste ato pelas sócias proprietárias, **GREICE ROSIANE SCHAEFER PETRY**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 6081661214 expedida pela SSP/PC RS, inscrita no CPF/MF n.º 005.283.420-45, residente e domiciliada na Cidade de Novo Hamburgo/RS, na Rua Almirante Barroso, n.º 132, Bairro Centro, CEP: 93.510-290, e **MARCIA BERNDT**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 4092565243 expedida pela SJS/II RS, inscrita no CPF/MF n.º 006.795.020-50, residente e domiciliada na Cidade de Novo Hamburgo/RS, na Rua Valença, n.º 330, Bairro São Jorge, CEP: 93.537-310, ambas, doravante denominadas simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, todas em conformidade com o Processo Administrativo n.º 001/2022 e Dispensa de Licitação n.º 001/2022, bem como com o que disciplina a Lei n.º 8.666/1993 e suas devidas alterações e, supletivamente, com as normas legais de direito privado:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços técnicos profissionais para a manutenção da Seção de Legislação Municipal do Site da Câmara Municipal de Jaguari, da seguinte forma: manutenção da Seção de Legislação (Decretos Legislativos, Leis Municipais, Lei Orgânica e Emendas à Lei Orgânica); disponibilização dos documentos no formato original (digitalizado), em formato de texto (digitado), formatação na forma da Lei Complementar n.º 095/1998, link das remissões, interligação da Legislação Municipal com a base jurídica Federal e Estadual, índice geral, índice dos diplomas legais relacionados, recomendação de consulta a dispositivos pertinentes ao assunto pesquisado, ementário por ano e assunto, recurso de busca por número da lei, palavras, ano e tipo e a consolidação da Legislação Municipal na base de dados, pelo período de 12 meses, com o prazo máximo de 48 horas para a publicação das informações legais remetidas.

Praça Gilson Carlos Reginato - Centro - Jaguari/RS - CEP.: 97.760-000

E-mail: camara@jaguari.rs.gov.br - Site: camara.jaguari.rs.gov.br

[Handwritten signatures and initials]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO

2.1 A vigência do contrato é a contar de **03 de maio de 2022 até 02 de maio de 2023**. Podendo o mesmo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**, conforme previsto no artigo 57, inciso II, Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

2.2 O reajuste dos valores contratados se dará a cada período de 12 (doze) meses, tendo como base o índice do IPCA acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da prorrogação, desconsiderando-se índices negativos onde deverão permanecer os valores vigentes, podendo ainda, ser observado o previsto no § 1º e incisos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 DO PREÇO:

3.1.1 Fica estipulado o valor de **R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais)** a ser pago mensalmente pelos serviços prestados, totalizando o preço de **R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais)**, empenhados na dotação orçamentária vigente;

3.2 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.2.1 O pagamento pelos serviços está condicionado à apresentação da pertinente Nota Fiscal/Fatura em nome da **CONTRATANTE** contendo o respectivo CNPJ, a ser enviado à Contadoria do Município de Jaguari – Setor de Empenhos, o qual será efetivado até o dia dez (10) do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

3.2.2 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** se houver descumprimento das obrigações contratuais;

3.2.3 A **CONTRATANTE** poderá reter no pagamento o valor equivalente à multa aplicada à **CONTRATADA**, desde que a decisão condenatória tenha transitado em julgado administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da atividade pertinente, vigente na Lei Municipal que estima a receita e fixa a despesa para o exercício (LOA):

ÓRGÃO: 01 – PODER LEGISLATIVO DE JAGUARI

UNIDADE: 01 – EXECUÇÃO DA AÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL

ATIVIDADE: 2001 – ATIVIDADES LEGISLATIVAS

CÓDIGO REDUZIDO: 14 – Serviços de Publicidade Institucional.

CLÁUSULA QUINTA: DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DAS PARTES

5.1 A CONTRATADA deverá:

5.1.1 Realizar as manutenções do site oficial do Poder Legislativo de forma satisfatória, conforme a forma e tempo convencionados pela **CONTRATANTE**, descritos no objeto do contrato;

5.1.2 Responder aos danos causados a terceiros, excluindo caso fortuito e força maior;

5.1.3 Arcar com as despesas referentes ao serviço objeto do contrato, incluindo todos os encargos comerciais, fiscais, trabalhistas, inclusive, tributos municipais, estaduais e federais, diárias, transporte e outros decorrentes dos serviços a serem executados;

[Handwritten signatures and initials]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

5.1.4 Fornecer e manter atualizado o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone, para que a **CONTRATANTE** mantenha os contatos necessários, indicando o nome do funcionário que será o contato usual para equacionar os eventuais problemas;

5.1.5 Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com suas obrigações todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**;

5.1.7 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

5.2 A **CONTRATANTE** se obriga:

5.2.1 Prestar todas as informações necessárias a **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

5.2.2 Fiscalizar a realização dos serviços, aplicando as penalidades legais e contratuais cabíveis às hipóteses de inexecução ou cumprimento parcial do contrato;

5.2.3 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** pela execução do contrato, pontualmente, após a entrega da pertinente documentação ao setor competente da Secretaria Municipal de Finanças;

5.2.4 Rescindir, unilateralmente, o contrato, quando ocorrer sua inexecução parcial ou total;

5.2.5 Alterar, unilateralmente, o contrato, quando houver modificações das condições de execução dos serviços, visando melhor adequar tecnicamente a prestação do serviço aos seus objetivos, ou, ainda, quando necessária a alteração do valor contratual em decorrências de acréscimo ou diminuição quantitativa do seu objeto;

CLÁUSULA SEXTA: DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 77 e pelos motivos elencados no artigo 78, nos modos previstos no artigo 79, todos da Lei n.º 8.666/1993, com as alterações da Lei n.º 8.883/1994, constituindo motivo para rescisão do contrato:

6.1.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, horários e prazos;

6.1.2 A subcontratação, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afete a boa execução deste;

6.1.3 O atraso injustificado dos serviços e o desatendimento das determinações regulares do servidor responsável em acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, pela **CONTRATANTE**;

6.1.4 A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal da **CONTRATADA**;

6.1.5 O protesto de títulos ou a emissões de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência da **CONTRATADA**;

6.1.6 Razões de interesse do serviço público;

6.1.7 A supressão por parte da **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido;

6.1.8 O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços contratados ou

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

falta grave, devidamente comprovada, depois de garantido o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**;

6.1.9 A decretação de falência, o pedido de recuperação judicial ou instauração de insolvência civil da **CONTRATADA** ou de seus proprietários;

6.1.10 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;

6.1.11 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva de execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

7.1.1 A recusa pela **CONTRATADA** em entregar os serviços contratados acarretará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

7.1.2 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato;

7.1.3 O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

7.1.4 Em caso de inabilitação, será aplicada a **CONTRATADA** a penalidade de advertência e havendo reincidência, será aplicada multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

7.1.5 Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 a **CONTRATADA** sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) ausência ou atraso injustificado de entrega de documentação exigida para contratação;
- c) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- d) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- e) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- f) comportamento inidôneo;
- g) cometimento de fraude fiscal;
- h) fraudar a execução do contrato.

7.1.6 Na aplicação dessas penalidades a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações;

7.1.7 As penalidades serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**, quando for o caso;

7.1.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a **CONTRATADA** em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

[Handwritten signatures and initials]



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI

7.1.9 A reincidência de quaisquer dos itens, acima transcritos, poderá motivar a rescisão sumária, sem prejuízo das demais penalidades.

CLÁUSULA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 As situações e casos não expressamente tratados neste contrato, regem-se pelos dispositivos da Lei n.º 8.666/1993, e suas alterações como se em linhas aqui estivessem transcritas e, supletivamente, pelas disposições contratuais de direito privado;

8.2 A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º, inciso II, do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei n.º 9.648/ 1998;

8.3 As regras do Edital fazem parte integrante do presente contrato, como se em linhas aqui estivessem transcritas.

CLÁUSULA NONA: DO FORO


9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Jaguari, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que surgirem do presente contrato;

E, estando assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em três (03) vias de igual forma e teor que, após de lido e achado conforme, vai firmado pelos contratantes e por 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.


Jaguari/RS, 03 de maio de 2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARI
CNPJ n.º 89.208.474/0001-37
EZIO JOCELITO SILVA,
CONTRATANTE.


CESPRO – PROCESSAMENTO DE
DADOS LTDA - ME
CNPJ n.º 17.875.435/0001-82
GREICE ROSIANE SCHAEFER PETRY,
CONTRATADA.


CESPRO – PROCESSAMENTO DE
DADOS LTDA - ME
CNPJ n.º 17.875.435/0001-82
MARCIA BERNDT,
CONTRATADA.

TESTEMUNHAS:

1. 
Ilusete Aparecida de Vargas,
CPF n.º 922.741.450-91.

2. 
Ivonete Saran Minozzo,
CPF n.º 951.986.100-97.